



SEGURANÇA SOCIAL

INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

www.inss.gv.ao

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DA SEGURANÇA SOCIAL

**Decreto presidencial n.º 66/14, de 17 de
Março**

ESTATUTO ORGÂNICO DO INSS

Domingos da Silva Filipe

Chefe do Gabinete Jurídico do INSS

Benguela . 22 . Maio 2014

ESTRUTURA DO DIPLOMA

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º (Natureza)

1. O Instituto Nacional de Segurança Social, adiante designado por INSS, é uma pessoa colectiva pública do sector económico, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão, com o objectivo de gerir o nível de Protecção Social Obrigatória.
2. O INSS rege-se pelo presente Diploma e pelas demais legislações aplicáveis aos Institutos Públicos.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 2º (Visão, missão, valores e princípios de acção)

1. Constitui visão do INSS ser uma entidade de referência na prestação de um serviço público eficiente, de qualidade e de proximidade aos utentes e destinatários da sua actividade.
2. Constitui missão do INSS gerir os recursos e pagar as prestações sociais da Protecção Social Obrigatória, nos termos da lei.
3. Constituem valores e princípios de acção do INSS e dos seus trabalhadores os seguintes:
 - a) Prossecução do interesse público;
 - b) Legalidade;
 - c) Autonomia e responsabilidade;
 - d) Integridade, consistência e transparência das acções.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 2º (Visão, missão, valores e princípios de acção)

- e) Funcionamento eficaz, eficiente e socialmente responsável;
- f) Qualidade sustentabilidade;
- g) Respeito aos utentes e público em geral;
- h) Capacidade institucional de gestão e de inovação contínua;
- i) Cortesia, honestidade e respeito pela dignidade dos cidadãos;
- j) Equidade social e diferenciação positiva;
- k) Respeito dos direitos, dos interesses legalmente protegidos e das expectativas dos segurados, dos seus dependentes e dos contribuintes;
- l) Espírito de equipa.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 4º (Tutela e superintendência)

1. O INSS está sujeito à tutela e à superintendência do órgão que tiver a seu cargo a Protecção Social Obrigatória, nos termos da lei.
2. Sem prejuízo do estabelecido em legislação específica, a tutela e a superintendência sobre o INSS integram os seguintes poderes:
 - a) Definição das grandes linhas e dos objectivos da acção do INSS;
 - b) Indicação dos objectivos, das metas, das estratégias e dos critérios de oportunidade político-administrativa, com enquadramento sectorial e global na administração pública e no conjunto das actividades económicas, sociais e culturais do País;
 - c) Nomeação e exoneração dos titulares de cargos de Direcção e Chefia do INSS;
 - d) Aprovação do plano e do orçamento anual do INSS;

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 4º (Tutela e superintendência - Continuação)

- e) Acompanhamento e avaliação dos resultados da actividade do INSS;
- f) Conhecimento e fiscalização da actividade financeira do INSS;
- g) Suspensão, revogação e anulação, nos termos da lei, dos actos dos órgãos de gestão que violem a lei ou sejam considerados inoportunos ou inconvenientes para o interesse público;
- h) Aprovação do estatuto do pessoal e do plano de cargos, carreiras e remunerações do pessoal do INSS;
- i) Autorização da criação de Serviços Locais e aprovação dos seus regulamentos internos.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 5º (Atribuições)

O INSS tem as seguintes atribuições:

- a) Assegurar os direitos dos trabalhadores e empregadores vinculados à Protecção Social Obrigatória nos termos da legislação vigente;
- b) Promover o cumprimento da obrigação dos contribuintes da Protecção Social Obrigatória, nos termos da lei;
- c) Gerir os recursos financeiros e assegurar o pagamento das prestações da Protecção Social Obrigatória;
- d) Elaborar o orçamento da Protecção Social Obrigatória e submetê-lo aos órgãos competentes para aprovação;
- e) Arrecadar as contribuições e as demais receitas, nos termos da lei;
- f) Gerir os fundos de reserva constituídos nos termos da lei;

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 5º (Atribuições - Continuação)

- g) Assegurar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamental;
- h) Elaborar a conta anual da Protecção Social Obrigatória;
- i) Administrar e gerir o património sob sua responsabilidade, podendo adquirir imóveis como activos e para a instalação de serviços , mediante autorização do órgão de tutela;
- j) Assegurar a gestão do pessoal que lhe esteja afecto;
- k) Promover a definição e a execução sistemática de medidas tendentes a modernizar os serviços e a melhorar a sua produtividade;
- l) Assegurar, no seu âmbito de actuação, o cumprimento das obrigações decorrentes dos instrumentos internacionais de segurança social;

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 5º (Atribuições - Continuação)

- m) Assegurar, nos termos da lei, as acções necessárias à eventual aplicação de regimes sancionatórios referentes às infracções criminais praticadas por segurados e seus dependentes e pelos contribuintes da Protecção Social Obrigatória;
- n) Orientar, coordenar e controlar os Serviços Locais;
- o) Emitir instruções vinculativas para que sejam sanadas as irregularidades de que tenha conhecimento nas entidades empregadoras sujeitas à sua acção;
- p) Promover a divulgação de informação e as acções adequadas ao exercício do direito de informação e de reclamação dos interessados, bem como a dignificação da imagem do INSS;
- q) Desempenhar as demais atribuições que resultem da lei ou que lhes forem superiormente acometidas.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 7º (Órgãos e Serviços do INSS)

1. São órgãos do INSS o Conselho de Administração, o Director Geral, o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.
2. O INSS conta ainda com um Conselho Nacional de Segurança Social, abreviadamente designado por CNSS, órgão de natureza consultiva e de composição tripartida, cuja composição e funcionamento é aprovado por Decreto Executivo do Órgão de Tutela.
3. Constituem Serviços Centrais do INSS:
 - a) Departamento da Segurança Social;
 - b) Departamento dos Recursos Humanos;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 7º (Órgãos e Serviços do INSS – Continuação)

- c) Departamento de Inspeção;
- d) Departamento das Tecnologias de Informação;
- e) Departamento de Contabilidade e Administração;
- f) Gabinete Jurídico e Contencioso;
- g) Gabinete da Qualidade e Auditoria;
- h) Gabinete de Apoio ao Director Geral

4. O INSS conta ainda com um Centro de Investimentos com a função de otimizar os activos da Protecção Social Obrigatória.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 7º (Órgãos e Serviços do INSS – Continuação)

5. Constituem Serviços Locais do INSS:
 - a. Serviços Provinciais;
 - b. Serviços Municipais;
 - c. Agências de Prestação de Serviços do INSS.
6. O organigrama dos Serviços Centrais do INSS consta do Anexo I do Presente Diploma e do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 8º (Natureza e Competência)

1. O Conselho de Administração do INSS é o órgão colegial encarregue de garantir a execução das grandes linhas de gestão e de administração do INSS, nos termos da lei.
2. O Conselho de Administração tem as seguintes competências:
 - a) Propor os objectivos gerais a prosseguir pelo INSS;
 - b) Propor ao órgão de tutela o plano de actividades, o orçamento, o relatório e as contas para aprovação;
 - c) Dirigir a actividade do INSS com a finalidade de garantir os direitos e o cumprimento dos deveres dos segurados e seus dependentes e dos contribuintes;
 - d) Gerir as prestações da Protecção Social Obrigatória;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 8º (Natureza e Competência - Continuação)

- e) Assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais de segurança social;
- f) Promover medidas de modernização serviços, colaborar na definição do sistema de informação da Protecção Social Obrigatória e avaliar a respectiva eficácia;
- g) Definir as regras para as aplicações financeiras das reservas técnicas e propor à a provação os respectivos planos anuais;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 8º (Natureza e Competência - Continuação)

- h) Deliberar e submeter à aprovação da tutela a compra, venda, troca e arrendamento de imóveis e sobre a constituição e cessação de direitos reais imobiliários, bem como sobre a aceitação de donativos, heranças e legados;
- i) Submeter à aprovação do órgão de tutela os regulamentos internos, o estatuto do pessoal e o plano de carreiras, cargos e remunerações do INSS;
- j) Exercer as demais funções que resultem da lei ou que sejam superiormente determinadas;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 9º (Composição)

O Conselho de Administração é composto pelo Director Geral, que o preside, pelos Directores Gerais-Adjuntos, e pelos Chefes de Departamento dos Serviços Centrais do INSS.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO III – DIRECTOR GERAL

ARTIGO 11º (Natureza e Competência)

1. O Director Geral é o órgão executivo singular de gestão permanente do INSS.
2. O Director Geral tem as seguintes competências:
 - a) Representar o INSS;
 - b) Presidir às reuniões do Conselho de Administração;
 - c) Gerir as prestações do Sistema de Protecção Social Obrigatória;
 - d) Controlar e garantir o pagamento das prestações pecuniárias do Sistema de Protecção Social Obrigatória;
 - e) Assegurar a elaboração dos planos, orçamentos e dos programas de investimento e submetê-los ao Conselho de Administração;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO III – DIRECTOR GERAL (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 11º (Natureza e Competência - Continuação)

- f) Assegurar a elaboração do relatório e contas, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, e submetê-lo ao Conselho de Administração;
- g) Dirigir e coordenar os serviços do Instituto e programar as respectivas acções e velar pelo seu bom funcionamento;
- h) Propor ao órgão de tutela a nomeação dos responsáveis pelas diversas áreas e serviços do INSS, ouvido o Conselho de Administração;
- i) Assegurar a gestão financeira e patrimonial do INSS;
- j) Praticar todos os actos previstos na lei sobre recrutamento, selecção e demissão de pessoal, bem como a mobilidade interna do pessoal do INSS;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO III – DIRECTOR GERAL (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 11º (Natureza e Competência - Continuação)

- k) Exercer o poder disciplinar sobre os trabalhadores do INSS, nos termos da lei;
- l) Propor e executar os instrumentos de gestão provisional e os regulamentos internos que se mostrem necessários ao funcionamento dos serviços;
- m) Promover as acções necessárias à eventual aplicação de regimes sancionatórios referentes às infracções criminais praticadas por segurados e contribuintes no âmbito da Protecção Social Obrigatória;
- n) Assegurar a ligação entre os diferentes órgãos do INSS;
- o) Desempenhar as demais funções que lhe sejam acometidas por lei ou por orientação superior;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS

ARTIGO 18º (Departamento da Segurança Social)

1. O Departamento da Segurança Social, abreviadamente designado por DSS, é o serviço encarregue de assegurar a realização de todos os actos e procedimentos relativos À inscrição, controlo de contribuições, concessão de prestações e gestão do atendimento ao público nos termos previstos na legislação em vigor.
2. O Departamento da Segurança Social tem as seguintes competências:
 - a) Efectuar a inscrição e o enquadramento dos trabalhadores e contribuintes do sistema ao longo da carreira contributiva;
 - b) Acompanhar e controlar o registo de contribuições para o Sistema de Protecção Social Obrigatória;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 18º (Departamento da Segurança Social - Continuação)

- c) Definir, organizar e avaliar os processos de concessão de prestações, inscrição e controlo de contribuições;
- d) Promover a correcta aplicação da legislação relativa às prestações imediatas e diferidas da Protecção Social Obrigatória;
- e) Proceder à identificação e respectiva actualização dos dados dos contribuintes e beneficiários do Sistema de Protecção Social Obrigatória;
- f) Analisar e avaliar a legislação sobre as matérias da sua competência a apresentar propostas efectivas de aperfeiçoamento;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 18º (Departamento da Segurança Social - Continuação)

- g) Acompanhar o funcionamento dos serviços de verificação de incapacidades e prestar-lhes o apoio necessário;
- h) Garantir , a nível das prestações, a correcta e uniforme aplicação da legislação internacional, bem como o fornecimento de informações aos organismos internacionais;
- i) Promover a normalização de conceitos e procedimentos de modo a garantir a uniformidade do atendimento ao público;
- j) Assegurar o desenvolvimento e a gestão dos canais de atendimento, numa óptica de prestação de um serviço de qualidade;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 18º (Departamento da Segurança Social - Continuação)

- k) Colaborar na definição e implementação de indicadores de gestão e performance na sua área de intervenção;
 - l) Elaborar e propor medidas que viabilizem uma actuação eficaz e eficiente dos serviços de atendimento;
 - m) Definir e implementar critérios de tratamento de reclamações, avaliar a actuação dos Serviços Provinciais e propor eventuais medidas correctivas;
 - n) Exercer as demais funções que resultem da lei ou que sejam superiormente determinadas;
3. O Departamento de Segurança Social é dirigido por um Chefe de Departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 19º (Departamento dos Recursos Humanos)

1. O Departamento dos Recursos Humanos, abreviadamente designado por DRH, é o serviço responsável pela gestão e implementação da política de gestão dos recursos humanos.
2. Ao Departamento dos Recursos Humanos compete o seguinte:
 - a) Elaborar e propor ao Conselho de Administração as políticas relativas ao desenvolvimento dos recursos humanos;
 - b) Elaborar estudos e pareceres com o objectivo de auditar e actualizar as estruturas organizativas, postos de trabalho e dotação de pessoal a fim de os adequar aos objectivos globais do INSS;
 - c) Desenvolver metodologias de diagnóstico de necessidades de formação e de competências dos recursos humanos e assegurar a sua implementação;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 19º (Departamento dos Recursos Humanos - Continuação)

- d) Assegurar os processos de recrutamento e selecção bem como os concursos para evolução na carreira;
- e) Elaborar, implementar e acompanhar o sistema de avaliação de desempenho dos recursos humanos;
- f) Dinamizar acções que contribuam para o bem-estar e o desenvolvimento sócio-cultural dos trabalhadores;
- g) Elaborar pareceres e informações de natureza técnico-jurídica nas matérias de recursos humanos;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 19º (Departamento dos Recursos Humanos - Continuação)

- h) Colaborar na definição e implementação de indicadores de gestão e performance na sua área de intervenção;
 - i) Exercer as demais funções que resultem da lei ou que sejam superiormente determinadas;
-
1. O Departamento de Recursos Humanos é dirigido por um Chefe de Departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 20º (Departamento de Inspeção)

1. O Departamento de Inspeção, abreviadamente designado por D.I., é o serviço responsável pela acção fiscalizadora, do cumprimento dos direitos e obrigações dos contribuintes, segurados e beneficiários do Sistema de Protecção Social Obrigatória.
2. Ao Departamento de Inspeção compete o seguinte:
 - a) Fiscalizar o cumprimento das obrigações dos contribuintes, segurados e beneficiários, em especial as relacionadas à inscrição e ao pagamento das contribuições;
 - b) Desenvolver acções de esclarecimento e orientação aos contribuintes, segurados e beneficiários sobre os seus direitos e obrigações para com a Protecção Social Obrigatória, tendo em vista prevenir ou corrigir a prática de infracções;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 20º (Departamento de Inspeção - Continuação)

- c) Elaborar e registar oficiosamente as declarações de folha de remunerações na sequência do resultado apurado na acção inspectiva;
- d) Verificar se os beneficiários reúnem os requisitos necessários à atribuição e manutenção do direito às prestações;
- e) Elaborar autos de notícia e participações respeitantes às actuações ilegais de beneficiários e contribuintes, detectadas no exercício das suas funções;
- f) Desenvolver as acções necessárias à instrução dos processos de investigação no âmbito de condutas ilícitas dos beneficiários e contribuintes em relação à Protecção Social Obrigatória, legalmente definidas;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 20º (Departamento de Inspeção - Continuação)

- g) Elaborar o plano anual ou plurianual de combate à fraude e evasão contributiva e prestacional;
 - h) Aplicar multas resultantes das contravenções previstas na legislação da Protecção Social Obrigatória;
 - i) Exercer as demais funções que resultem da lei ou sejam superiormente determinadas;
3. O Departamento de Inspeção é dirigido por um Chefe de departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 21º (Departamento das Tecnologias de Informação)

1. O Departamento das Tecnologias de Informação, abreviadamente designado por DTI, é o serviço ao qual compete assegurar a arquitectura de sistemas e elaborar a estratégia tecnológica do Instituto, bem como gerir a infra-estrutura necessária ao funcionamento do mesmo.
2. O Departamento das Tecnologias de Informação tem as seguintes competências:
 - a) Definir, planear e controlar a arquitectura do sistema tecnológico;
 - b) Proceder à acreditação de soluções aplicacionais e à visão tecnológica do planeamento estratégico de sistemas de informação, da gestão da qualidade, da segurança da informação e da gestão de riscos;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 21º (Departamento das Tecnologias de Informação - Continuação)

- c) Assegurar a definição, revisão e implementação do plano estratégico de sistemas de informação, na sua vertente tecnológica, garantindo o seu alinhamento com a visão, missão, objectivos e arquitectura de sistemas do INSS;
- d) Assegurar a modelização da Base de Dados;
- e) Assegurar a definição da orientação tecnológica, estudando e propondo a evolução das infra-estruturas físicas e logísticas e de modelos tecnológicos;
- f) Assegurar a coordenação técnica da gestão dos sistemas de segurança de informação e de gestão de riscos;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 21º (Departamento das Tecnologias de Informação - Continuação)

- g) Proceder à avaliação permanente do desempenho técnico das soluções e sistemas aplicativos em produção;
- h) Definir e dinamizar a utilização das metodologias e ferramentas de trabalho de tecnologias de informação;
- i) Conceber, desenvolver, implementar e avaliar o plano de infra-estruturas de tecnologias de informação;
- j) Assegurar a operacionalidade, exploração e monitorização das infra-estruturas e sistemas a nível dos serviços do INSS;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 21º (Departamento das Tecnologias de Informação - Continuação)

- k) Assegurar a exploração dos sistemas aplicacionais em produção, gerindo o centro de processamento de dados, a operação de sistemas, as bases de dados e os sistemas centrais , garantindo a sua adequação permanente às necessidades e requisitos dos utilizadores;
- l) Administrar os portais de internet e intranet;
- m) Assegurar a coordenação das equipas de apoio desconcentradas territorialmente, nas áreas de apoio aplicacional e de infra-estruturas, monitorizando a sua gestão;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 21º (Departamento das Tecnologias de Informação - Continuação)

- n) Gerir o Data Center eo Back-up;
 - o) Exercer as demais funções que resultem da lei ou que sejam superiormente determinadas;
3. O Departamento das Tecnologias de Informação é dirigido por um Chefe de departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 22º (Departamento de Contabilidade e Administração)

1. O Departamento de Contabilidade e Administração, abreviadamente designado DCA, é o serviço encarregue pela gestão do orçamento, da contabilidade, da tesouraria, do património e dos serviços administrativos , de protocolo e relações públicas do INSS;
2. O Departamento de Contabilidade e Administração tem as seguintes competências:
 - a) Elaborar a proposta de orçamento do INSS, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares e assegurar a coordenação e controlo da respectiva execução;
 - b) Definir os objectivos e os métodos de gestão previsional dos recursos financeiros;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 22º (Departamento de Contabilidade e Administração- Continuação)

- c) Estabelecer os critérios e normas a que deve obedecer a elaboração e a organização do orçamento, bem como as regras da sua execução e alteração;
- d) Definir os princípios, conceitos e procedimentos contabilísticos a doptar no sistema de Protecção Social Obrigatória, através da elaboração do plano de contas do sector e assegurar o seu cumprimento;
- e) Elaborar a conta da Protecção Social Obrigatória sobre a responsabilidade do INSS;
- f) Assegurar a existência de sistemas de controlo interno na área financeira;
- g) Gerir e controlar a execução do orçamento;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 22º (Departamento de Contabilidade e Administração - Continuação)

- h) Emitir os meios de recebimento e pagamento;
- i) Definir os princípios de aplicação geral a que devem obedecer os registos contabilísticos, aplicá-los e assegurar a sua análise e controlo;
- j) Registrar, controlar e proceder ao pagamento das prestações do Sistema de Protecção Social Obrigatória;
- k) Coordenar e controlar o funcionamento da tesouraria;
- l) Assegurar a prestação de contas anuais e de programas às entidades competentes;
- m) Registrar e controlar os movimentos financeiros resultantes da aplicação de acordos internacionais;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 22º (Departamento de Contabilidade e Administração - Continuação)

- n) Realizar a conciliação entre o registo das contribuições e o sistema de recepção das guias de depósito e outros instrumentos de pagamento de contribuições;
- o) Agilizar a gestão dos mecanismos de cobrança transversalmente a todos os subsistemas visando uma maior e mais eficaz arrecadação da receita;
- p) Analisar a evolução da dívida à Segurança Social, bem como acompanhar e controlar a actuação em matéria de regularização da dívida;
- q) Promover a regularização das situações de incumprimento contributivo na forma, condições e requisitos estabelecidos na lei;
- r) Definir os parâmetros globais de gestão do património mobiliário e imobiliário do INSS;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 22º (Departamento de Contabilidade e Administração-Continuação)

- s) Desenvolver os procedimentos de aquisição de bens e serviços;
 - t) Desenvolver os procedimentos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas e acompanhar a respectiva execução;
 - u) Definir as normas e desenvolver os procedimentos necessários para a organização e gestão documental, incluindo o arquivo corrente, intermédio e histórico;
 - v) Realizar todas as tarefas relacionadas com o protocolo e relações públicas;
 - w) Exercer as demais funções que resultem da lei ou que sejam superiormente determinadas;
4. O Departamento de Contabilidade e Administração é dirigido por um Chefe de Departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 23º (Gabinete Jurídico e Contencioso)

1. O Gabinete Jurídico e Contencioso, abreviadamente designado por GJC, é o serviço de natureza transversal responsável pela elaboração, análise, estudo e aplicação da legislação da Protecção Social Obrigatória, bem como o tratamento de todas as matérias de carácter jurídico-legal relacionadas com a actividade do INSS;
2. O Gabinete Jurídico e Contencioso tem as seguintes competências:
 - a) Proceder a estudos de natureza jurídica sobre quaisquer assuntos submetidos à sua apreciação;
 - b) Emitir parecer, elaborar informações de natureza jurídico-laboral sobre matérias relacionadas com a actividade do INSS;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 23º (Gabinete Jurídico e Contencioso-Continuação)

- c) Avaliar o rigor, a adequação e a eficiência dos procedimentos administrativos instituídos e contribuir para sua racionalização e uniformização a nível nacional;
- d) Prestar apoio jurídico e promover a defesa judicial e extra-judicial dos interesses do INSS;
- e) Coordenar os serviços a apoiar a respectiva actuação no âmbito dos processo de protecção jurídica;
- f) Divulgar a legislação, a jurisprudência e a doutrina de modo a contribuir para a melhoria da actuação dos serviços do INSS;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 23º (Gabinete Jurídico e Contencioso-Continuação)

- g) Apoiar o Conselho de Administração, em estreita articulação com os serviços competentes na preparação das decisões em matéria de reclamações e recursos;
- h) Apoiar juridicamente os serviços responsáveis pela tramitação dos processos de contratação pública e assegurar o respectivo contencioso;
- i) Assegurar o exercício do mandato de representação judicial do INSS, nos processos de contencioso laboral e administrativo em que o Instituto seja parte interessada;
- j) Assegurar o patrocínio judicial do INSS em acções e demais processos em que estejam em causa os actos praticados pelos órgãos do INSS;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 23º (Gabinete Jurídico e Contencioso-Continuação)

- k) Promover a resolução amigável de conflitos, de acordo com instruções emanadas pelo Conselho de Administração;
 - l) Exercer as demais funções que resultem da lei ou que sejam superiormente determinadas;
3. O Gabinete Jurídico e Contencioso é dirigido por responsável equiparado a Chefe de Departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 24º (Gabinete da Qualidade e Auditoria)

1. O Gabinete da Qualidade e auditoria, abreviadamente designado por GQA, é o serviço encarregue de verificar a conformidade das actividades desenvolvidas , com os objectivos, planos de actividade, normas internas e legislação em vigor, bem como analisar e avaliar a adequação dos sistemas de controlo interno de forma a contribuir para o bom funcionamento da organização e a adequada utilização dos recursos do INSS;
2. O Gabinete de Qualidade e Auditoria tem as seguintes competências:
 - a) Estabelecer os parâmetros de qualidade dos diferentes processos de suporte às actividades do INSS com base nas melhores práticas;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 24º (Gabinete da Qualidade e Auditoria-Continuação)

- b) Avaliar a dequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controlo interno existentes no INSS;
- c) Contribuir para a perfeição dos sistemas de gestão de risco;
- d) Verificar a fiabilidade e a integridade da informação e os meios utilizados para salvaguardar os activos;
- e) Acompanhar a concretização das medidas decorrentes das recomendações formuladas por sua iniciativa ou por entidades de controlo externo;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 24º (Gabinete da Qualidade e Auditoria-Continuação)

- f) Apoiar a implementação e a melhoria contínua dos Sistemas de Gestão da Qualidade do INSS, designadamente recomendar o aperfeiçoamento de procedimentos e sistemas com vista a contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
 - g) Exercer as demais funções que resultem da lei ou sejam superiormente determinadas;
3. O Gabinete da Qualidade e Auditoria é dirigido por um responsável equiparado a Chefe de Departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 25º (Gabinete de Apoio ao Director Geral)

1. O Gabinete de Apoio ao Director Geral, abreviadamente designado por GADG, é o serviço encarregue das funções de secretariado de direcção, de intercâmbio e da informação.
2. O Gabinete de Apoio ao Director Geral tem as seguintes competências:
 - a) Controlar as actividades do secretariado do Director Geral;
 - b) Preparar a organização das sessões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho Nacional de Segurança Social, secretariar e garantir a distribuição da respectiva documentação;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 25º (Gabinete de Apoio ao Director Geral-Continuação)

- c) Organizar e controlar as actividades relacionadas com o intercâmbio internacional em que seja parte o INSS;
 - d) Organizar e controlar a informação com os órgãos de comunicação social;
 - e) Exercer as demais funções que resultem da lei ou sejam superiormente determinadas.
3. O Gabinete de Apoio ao Director Geral é dirigido por um Chefe de Departamento.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 26º (Centro de Investimentos)

1. O Centro de Investimentos, abreviadamente designado por C.I., é o serviço encarregue pela elaboração e implementação do sistema de gestão de activos e passivos do INSS, assim como da gestão das reservas técnicas de modo a assegurar os recursos necessários para o cumprimento das responsabilidades financeiras de médio e longo prazos.
2. O Centro de Investimentos tem as seguintes competências:
 - a) Optimizar a gestão dos recursos financeiros do sistema de Segurança Social;
 - b) Propor o agenciamento de financiamentos necessários ao equilíbrio financeiro do sistema, nos termos da legislação aplicável;

CAPÍTULO II – ESTRUTURA ORGÂNICA (CONTINUAÇÃO)

SECÇÃO VI – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 26º (Centro de Investimentos - Continuação)

- c) Assegurar a rendibilização das reservas técnicas mediante o recurso a produtos financeiros disponíveis no mercado;
 - d) Exercer as demais funções que resultem da lei ou sejam superiormente determinadas;
3. O Centro de Investimentos é dirigido por um reponsável equiparado a Chefe de Departamento.

CAPÍTULO III – SERVIÇOS LOCAIS

ARTIGO 27º (Serviços Provinciais)

1. Os Serviços Provinciais do INSS são unidades administrativas desconcentradas do INSS e dotadas de autonomia administrativa.
2. Aos Serviços Provinciais compete o seguinte:
 - a) Inscrever os contribuintes e segurados;
 - b) Arrecadar as contribuições bem como as demais receitas previstas na lei;
 - c) Propor o orçamento dos Serviços Provinciais;
 - d) Receber e dar tratamento, nos termos da lei, aos processos relacionados com as prestações;
 - e) Velar pelo cumprimento e aplicação das normas da Protecção Social Obrigatória a nível da Província;

CAPÍTULO III – SERVIÇOS LOCAIS – (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 27º (Serviços Provinciais-Continuação)

- f) Acompanhar e orientar as actividades dos serviços Municipais e das Agências de Prestação de Serviços sob sua dependência;
 - g) Administrar o património e o pessoal que lhe esteja afecto;
 - h) Desempenhar as demais atribuições que resultem da lei ou que lhe forem superiormente acometidas;
-
- 3. OS Serviços Provinciais compreendem a Secção de Segurança Social e de Inspecção e a Secção de Administração e Serviços Gerais;
 - 4. O Organigrama dos Serviços Provinciais consta do Anexo II ao presente Diploma e do qual faz parte integrante;

CAPÍTULO III – SERVIÇOS LOCAIS – (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 28º (Serviços Municipais)

1. Os Serviços Municipais do INSS são unidades administrativas desconcentradas dos Serviços Provinciais e dotadas de autonomia administrativa.
2. Aos Serviços Municipais compete o seguinte:
 - a) Inscrever os contribuintes e os segurados e arrecadar as contribuições devidas à segurança social;
 - b) Prestar informações sobre os procedimentos e regras a observar para o acesso às prestações da Protecção Social Obrigatória;
 - c) Proceder ao controlo dos contribuintes, segurados e beneficiários da respectiva área de jurisdição, bem como desenvolver a actividade inspectiva nos termos da lei;

CAPÍTULO III – SERVIÇOS LOCAIS – (CONTINUAÇÃO)

ARTIGO 28º (Serviços Municipais-Continuação)

- c) Proceder ao controlo dos contribuintes, segurados e beneficiários da respectiva área de jurisdição, bem como desenvolver a actividade inspectiva nos termos da lei;
 - d) Administrar o património e o pessoal que lhe seja afecto;
 - e) Supervisionar a actividade das agências de prestação de serviço sob sua jurisdição;
-
- 3. Os Serviços Municipais compreendem a Área da Segurança Social e Área da Inspecção.
 - 4. O Organigrama dos Serviços Municipais consta do Anexo III ao presente Diploma sendo dele parte integrante.
 - 5. Os Serviços Municipais são geridos por um Chefe de Secção que depende directamente do Chefe dos Serviços Provinciais.

CAPÍTULO V – GESTÃO DE PESSOAL

ARTIGO 36º (Quadro de Pessoal)

1. O quadro de pessoal do INSS integra funcionários públicos e trabalhadores contratados nos termos da Lei geral do Trabalho, de acordo com o estabelecido no paradigma dos Institutos Públicos.
2. Os quadros de pessoal dos Serviços Centrais , Provinciais e Municipais do INSS constam dos anexos IV, V e VI do presente Diploma e do qual fazem parte integrante.
3. Nos quadros de pessoal dos Serviços Centrais, Provinciais, Serviços Municipais e Agências de Prestação de Serviços o número de lugares é disponibilizado por carreiras.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 42º (Extinção de Serviços)

1. São extintos os órgãos e serviços que não se adaptem ao previsto no presente estatuto.
2. Os titulares dos órgãos e serviços referidos no número anterior cessam as respectivas funções de acordo com os prazos definidos no Paradigma dos Institutos Públicos, a contar da data de entrada em vigor do presente Diploma.

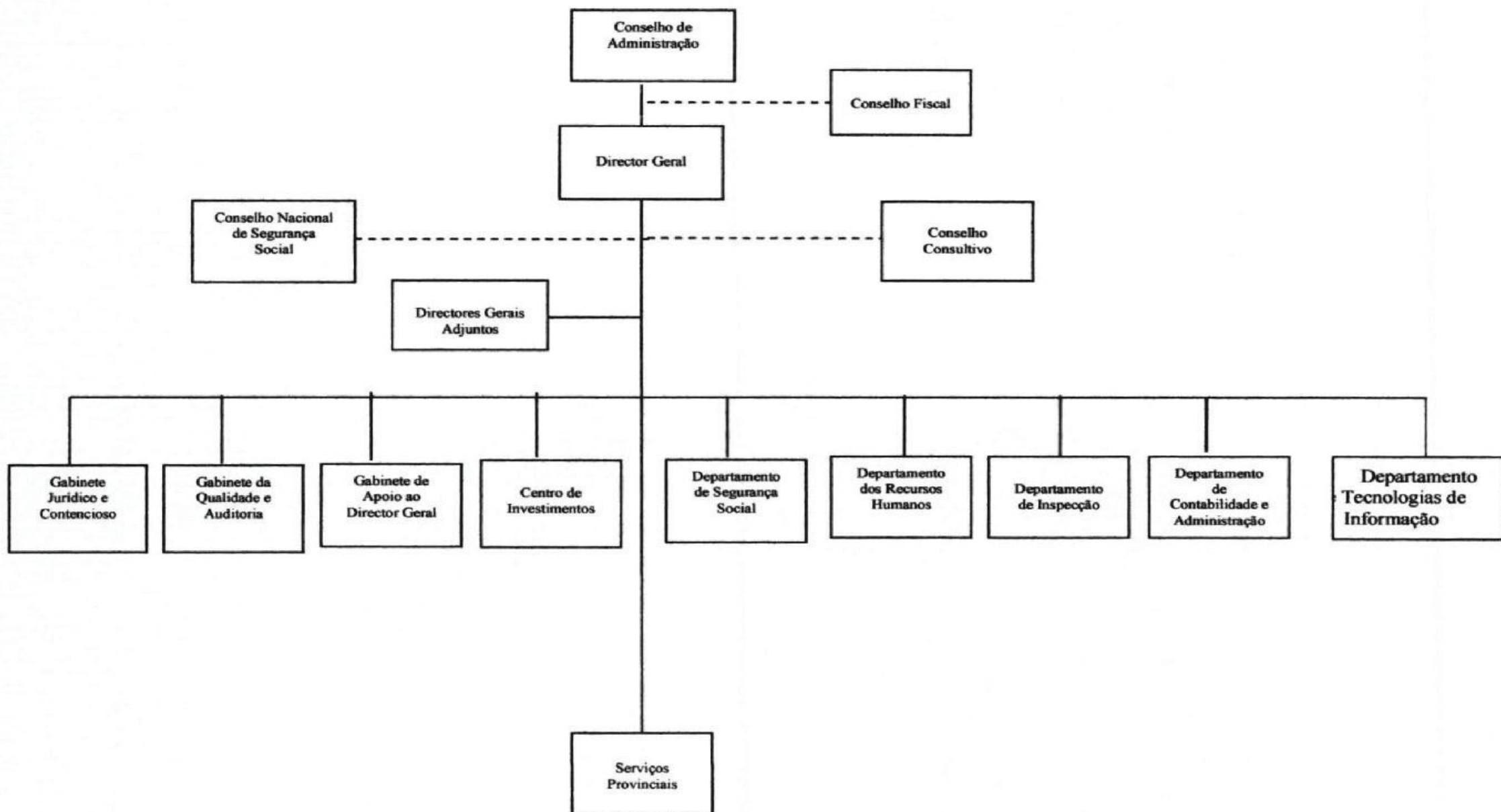
ARTIGO 43º (Enquadramento do pessoal e requalificação profissional)

Para efeitos de conformação do pessoal do INSS ao disposto no Paradigma dos Institutos Públicos e no presente Estatuto deve ser desenvolvido um programa de requalificação e de reconversão profissional dos trabalhadores, findo o qual os mesmos continuam em regime de contrato ou são dispensados mediante planos de reforma.

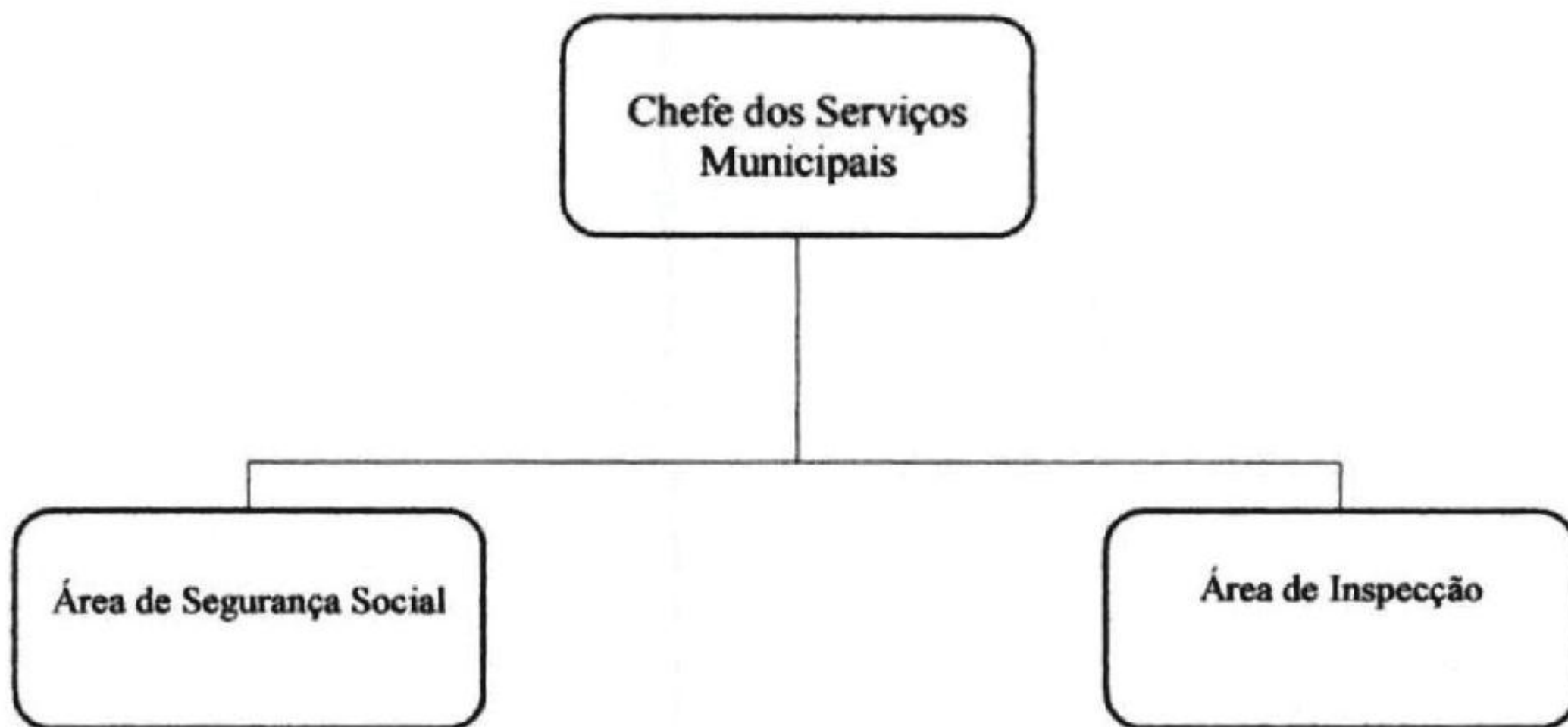


ANEXO I

Organograma dos Serviços Centrais do INSS, a que se refere o n.º 6 do artigo 7.º



ANEXO III
Organigrama dos Serviços Municipais do INSS, a que se refere o n.º 4 do artigo 28.º





ANEXO II

Organigrama dos Serviços Provinciais do INSS, a que se refere o n.º 4 do artigo 27.º

